

Um estudo da produção jornalística no interior de Mato Grosso em torno de um projeto de empreendimento hidrelétrico¹

Kayc Pereira Alves²

Patrícia Kolling³

Jociene Bianchini Ferreira⁴

Resumo: O presente trabalho faz uma reflexão a partir da produção jornalística sobre o projeto de instalação da Usina Hidrelétrica Boaventura (UHE), no rio das Garças, bacia-hidrográfica do Araguaia, nas proximidades do município de Barra do Garças, em Mato Grosso. O artigo apresenta uma análise da cobertura da mídia online local sobre o tema, por meio das matérias publicadas nos sites de notícia *Semana7* e *Araguaia Notícia*. Paralelamente, traz uma análise da grande webreportagem “Rio das Garças: um olhar a partir do projeto Boaventura”, um trabalho de conclusão de curso. As análises das produções jornalísticas, citadas acima, sob a ótica metodológica do Estudo de Caso, são realizadas a partir da perspectiva teórica do jornalismo ambiental como especialidade, com base em autores como Bueno (2007), Neto (2008), Girardi (2012) e Monteiro (2015).

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental. Especialidade Jornalística. Meio Ambiente. Usina Hidrelétrica Boaventura.

1. Introdução

Quando falamos em meio ambiente estamos nos referindo aos sistemas naturais do planeta que estão intrinsecamente ligados a todos os processos da sociedade humana. Sistemas esses em desequilíbrio, provocando desastres naturais cada vez mais corriqueiros, com efeitos permanentes e obrigando as populações a conviverem e se adaptarem a eles. Nesse cenário, o Jornalismo é um dos principais agentes da sociedade, pois informa em larga

¹ Adaptado de trabalho de conclusão de curso (TCC) de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Ex-aluno da UFMT, Campus Universitário do Araguaia, Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, e-mail: kaycpereiraalves@hotmail.com

³ Docente da UFMT, Campus Universitário do Araguaia, Doutoranda em Informação e comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), e-mail: patikolling@gmail.com

⁴ Docente da UFMT, Campus Universitário do Araguaia, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e-mail: jocienebf@gmail.com

escala, conseqüentemente, propondo discussões na esfera pública. A existência da especialidade em meio ambiente mostra o quanto tais questões são passíveis de um cuidado específico da função jornalística.

Nesse sentido, o presente trabalho faz uma reflexão sobre a produção jornalística em torno de uma pauta, a partir da perspectiva teórica do Jornalismo Ambiental. Considera-se a discussão sobre a instalação da Usina Hidrelétrica Boaventura (UHE), no rio das Garças, bacia-hidrográfica do Araguaia, nas proximidades do município de Barra do Garças, em Mato Grosso, como o caso a ser estudado, a partir da perspectiva jornalística.

A instalação deste empreendimento está promovendo na região uma série de relações socioambientais, como mostrou a própria discussão pública do assunto. Mesmo após as três audiências públicas realizadas pela empreendedora, uma em cada cidade afetada pelo empreendimento, a população continuou debatendo os prejuízos da instalação da hidrelétrica à dinâmica do rio, que atingiriam a biodiversidade da fauna e da flora aquática e terrestre do rio das Garças e seus afluentes, além de comunidades de pescadores, indígenas e demais populações da região. Especialistas apontaram falhas no relatório de impacto ambiental, apresentado pela empresa ECBrazil, destacando, entre os problemas, a previsão de modificações na fauna de insetos e a conseqüente proliferação de doenças na população.

Assim, nossa proposta tem por objetivo apresentar uma análise de uma amostragem da cobertura jornalística realizada por sites da região de Barra do Garças sobre o fato. Os veículos online da cidade trataram o assunto de forma factual, trazendo o acontecimento como foco de cada matéria, sem a profundidade exigida pelo tema ambiental. Este trabalho analisa a cobertura jornalística do período entre agosto de 2016 e abril de 2017. Esse intervalo começa com o anúncio da UHE, em processo de licenciamento ambiental, e termina na aprovação do projeto de lei de iniciativa popular na Câmara de Vereadores de Barra do Garças, que considera o rio patrimônio natural, histórico, cultural e turístico do município. Em tese, esse caráter impede a construção de hidrelétricas em um trecho do rio Garças. Este não foi o último ato desse debate e nem encerra a possibilidade de consolidação do empreendimento.

Paralelamente, nos propomos analisar a grande reportagem webjornalística “Rio das Garças: um olhar a partir do projeto Boaventura”, produto de um trabalho de conclusão de curso⁵, portanto conduzido com todas as dificuldades de limitação de tempo e financeira, que esse tipo de trabalho abarca. Essa grande reportagem apresenta-se como um modelo para

⁵ A reportagem foi produzida como trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, e defendido em abril de 2017, na Universidade Federal de Mato Grosso campus Universitário do Araguaia. O autor da reportagem é Kayc Pereira Alves, um dos autores do presente artigo.

atender às necessidades operacionais, ou do *modus operandi*, segundo Monteiro (2015), do chamado Jornalismo Ambiental, na busca de promover a relação sistêmica entre os elementos da natureza em jogo e o caráter multidisciplinar, destacando os diversos conhecimentos científicos envolvidos. Ouvir a voz dos cidadãos, diante da problemática ambiental, foi um dos requisitos à reportagem. Não menos importante, o engajamento do jornalista ao tema abordado e a preocupação com a Educação Ambiental, são mais dois dos destaques que o produto traz.

Para analisar os produtos jornalísticos acima citados, buscamos a definição de Jornalismo Ambiental embasada em autores estudiosos da especialidade, que têm agrupado características de produção jornalística observáveis em qualquer pauta ambiental. Escolhemos identificar tanto nas notícias publicadas na mídia online local, como na web reportagem, as características responsáveis pela codificação do DNA da especialidade: a visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar, a centralidade da voz do cidadão, a Educação Ambiental e o engajamento do repórter. A unidade desses pontos garante uma abordagem cuidadosa e atenta aos interesses de proteção ao meio ambiente.

2. Jornalismo Ambiental: a definição como especialidade

O Jornalismo Ambiental, como se convencionou a ser chamado, tem origem em um período de extensa cobertura da pauta ambiental, quando as discussões sobre o assunto despontaram na sociedade em proporções inéditas. O advento das conferências mundiais relativas ao tema, com a reunião de lideranças de todo o planeta, levou a pauta ao meio político-administrativo. Impulsionar políticas públicas ambientais era o objetivo de governantes e, sobretudo, da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por iniciativas como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972. Após o primeiro passo, os últimos 40 anos foram marcados pela realização de grandes eventos neste segmento: Rio de Janeiro 92, Johannesburgo 2002 e vinte anos depois novamente no Rio de Janeiro, 2012, a Rio+20.

Além das grandes conferências mundiais, os discursos alarmistas sobre o aquecimento global e a escassez de recursos, como a água e a alimentação, motivaram a mídia a trazer o assunto para a esfera pública. Nessa época, e no desenrolar dessas quatro décadas, o Jornalismo Ambiental foi o segmento profissional voltado a tratar todas as questões relativas ao meio ambiente. Mas a prática da cobertura ambiental, ao longo do tempo, chamou a atenção a uma série de necessidades. Assim começou a tomar forma um *modus operandi*

próprio de uma abordagem especializada (MONTEIRO, 2015).

Destaca-se aqui os pilares para uma definição consistente do Jornalismo Ambiental. São as características que, juntas, codificam o DNA da especialidade, baseadas em extenso referencial teórico acerca do tema: a visão sistêmica e holística, o caráter científico e multidisciplinar, a centralidade da voz do cidadão, a educação ambiental e o engajamento do repórter.

Ao se referir a uma visão sistêmica no Jornalismo Ambiental, busca-se compreender os fatos e os personagens inseridos em um sistema, ou seja, interconexões entre todos os elementos da natureza, incluindo a humanidade (BUENO, 2008). “As pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados.” (BUENO, 2008, p. 109). Assim, todo o sistema é comprometido quando há a alteração em uma das unidades, seja esta do meio físico ou do meio vivo. Günther (2008) atenta para a ineficácia do preceito jornalístico de ouvir os dois lados da informação, quando se refere a questões ambientais. Segundo a autora, a noção de dois lados não abarca as complexidades das temáticas ambientais, pois esta apresenta múltiplos lados.

O fato de conectar todos as unidades da natureza e todos os aspectos da sociedade; impulsiona o jornalista a trabalhar com várias áreas do conhecimento em uma mesma pauta. A necessidade recorrente de uma abordagem inter e multidisciplinar é o que garante ao Jornalismo Ambiental seu caráter científico. A especialização reconhece os princípios do chamado Jornalismo Científico (GIRARDI *et al*, 2012), pois os assuntos ambientais quase sempre envolvem verdades acadêmicas e técnicas, por meio das quais cientistas, pesquisadores e jornalistas são peças das relações (FIORAVANTI, 2008). Segundo Neto (2008), além de proporcionar pautas, o saber científico serve aos jornalistas ambientais como uma ferramenta para eles realizarem um monitoramento eficiente dos impactos no meio ambiente.

Embora o caráter científico seja importante ao Jornalismo Ambiental, Bueno (2007) chama a atenção para que não se priorize o discurso acadêmico ou técnico em detrimento das fontes de visão mais abrangente e prática da realidade: os cidadãos. Para ele, o Jornalismo Ambiental reflete o cotidiano das pessoas “[...] e, na verdade, só faz sentido quando as inclui no debate.” (BUENO, 2008, p. 114). Além de conviverem diretamente com os problemas ambientais, as pessoas também são responsáveis pelo meio ambiente e devem participar da tomada de decisão diante dos desequilíbrios naturais (DORNELLES, 2008; FONSECA, 2004).

O entrelace da mais simples atividade entre os cidadãos e os recursos naturais inspira Monteiro (2015) a considerar fundamental uma abordagem das pautas ambientais a partir da perspectiva humana. Essa visão inclui os contextos social, econômico, político e cultural de qualquer recorte da realidade. Por isso, a autora sugere o uso do termo socioambiental, pois no Jornalismo e em outros ramos da Comunicação é importante que se assuma um ponto de vista capaz de enxergar e problematizar a atual “interação sociedade-natureza” (MONTEIRO, 2015, p. 50).

Dar centralidade da voz ao cidadão é essencial para a expressão no produto jornalístico dessa interação, seja ela conflitante ou harmônica. Se por um lado, o Jornalismo Ambiental oferta generoso espaço de fala a ele, por outro a especialidade assume a responsabilidade de “encorajar” as pessoas a participarem de forma mais efetiva da vida em sociedade. Na cobertura ambiental, seria necessário anexar à informação jornalística essa perspectiva de dever dos cidadãos com o meio ambiente, pois eles não podem ficar sujeitos apenas às ações do Estado, das ciências e da economia, como destaca Fioravanti (2008):

Os cidadãos comuns permanecem excluídos do processo de formulação e de execução das políticas de preservação ambiental, como se lhes coubesse apenas o fardo do sofrimento sem fim ao ver a casa destruída com as inundações de todo começo de ano (FIORAVANTI, 2008, p. 182-183).

Para a mobilização das populações em prol de mudanças no quadro de degradação do meio ambiente, Dornelles (2008) e outros autores (SCHARF, 2004; NETO, 2008; TEIXEIRA, 2008; PEREIRA, 2008; COSTA, 2008; LÜCKMAN, 2008; MONTEIRO, 2015) sugerem a necessidade da Educação Ambiental nas práticas jornalísticas, que é outra das premissas do Jornalismo Ambiental. Segundo Lückman (2008), trata-se da conscientização das pessoas de modo a moldar suas atitudes em benefício do meio ambiente.

Ainda conforme Lückman (2008), as abordagens jornalísticas sobre meio ambiente devem despertar a consciência crítica, capaz de provocar ações por parte das populações. Ela resgata o termo de Freire (1976, apud Lückman, 2008), que o difere da consciência mágica, responsável por uma sensação de impotência, imobilidade, nos sujeitos. Estes se veem diante de fatos localizados em níveis muito superiores em relação às suas forças. Assim, a Educação Ambiental faz as pessoas visualizarem a possibilidade da resolução dos problemas ambientais, colocando as soluções ao alcance delas.

Assim evidencia-se como objetivo da informação jornalística ambiental, a mudança do quadro de degradação, conquistada através do caráter educativo, denunciador, fiscalizador e

mobilizador da especialidade. O Jornalismo Ambiental precisa gerar uma informação útil para o meio social, que será usada como ferramenta pelos articuladores de soluções dos problemas ambientais (FONSECA, 2004).

A pauta jornalística deve estar comprometida com a visão de que alguma coisa precisa ser feita, há problemas e desafios a serem enfrentados, há interesses em jogo, e que o jornalismo e o jornalista podem desempenhar um papel fundamental na sua explicitação (DORNELLES, 2008, p. 53).

Dessa forma, o Jornalismo Ambiental deve ser praticado com uma intenção bem determinada. Essa afirmação é reforçada por Frome (2008, p. 12), pois segundo ele, o jornalista escreve “com uma finalidade” específica. Para tal, o repórter precisa estar engajado na temática, sendo essa a quinta premissa da especialização.

Esta perspectiva de engajamento do repórter, se apresenta como conflitante com os antigos preceitos do jornalismo de objetividade e neutralidade. O jornalista objetivo deve ser isento, sem pretensão alguma com o que está noticiando. Na verdade, toda a informação midiática está envolta em um jogo de múltiplos interesses (SCHARF, 2004; BUENO, 2008; DORNELLES, 2008; FIORAVANTI, 2008), portanto se o jornalista declara a sua objetividade e neutralidade, ou seja, não se posiciona, outras forças irão determinar.

O Jornalismo Ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses (BUENO, 2008, p. 112).

Frome (2008) defende, para a cobertura ambiental, o jornalismo de *advocacy*⁶. Para o autor, é importante o exercício do Jornalismo Ambiental com precisão em dados e de forma clara e aprofundada, mas não se deve excluir os sentimentos dos repórteres e seus desejos de transformar os quadros das questões ambientais. Pressupõe ao jornalista uma visão própria sobre o mundo, caracterizada como uma “forma de viver”. Por isso ele precisa ir além da objetividade, revelando paixão pelo meio ambiente e examinando o mundo também a partir de seus próprios sentimentos.

Dessa forma, o *ethos* do jornalista ambiental, a forma como ele se apresenta, gera um produto engajado, educativo, que integra o ser humano à questão ambiental e torna visível sua

⁶ Vertente defendida por alguns autores, na qual o jornalista trabalha em articulação com movimentos sociais, buscando mudanças na sociedade.

relação com o meio ambiente. Assim, a especialidade apresenta a vida, a natureza e a sociedade a partir de uma visão sistêmica, inter e multidisciplinar, considerando a importância do discurso científico para a explicação de todos os processos planetários, sejam naturais, sociais, políticos e/ou econômicos.

3. A Hidrelétrica Boaventura

O projeto de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) Boaventura é a pauta que motivou este estudo. O tema começou a ser debatido pela sociedade dos municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e General Carneiro, leste de Mato Grosso, em agosto de 2016, quando as primeiras audiências públicas foram realizadas na região como parte do processo de licenciamento ambiental. As audiências foram coordenadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT), com a presença dos empreendedores da Energias Complementares do Brasil (ECBrasil). Segundo os estudos referentes à Boaventura, as três cidades mato-grossenses seriam diretamente atingidas pelos impactos ambientais.

Com previsão de ser construída a 30 km de Barra do Garças, bacia hidrográfica do Araguaia, a unidade hidrelétrica consiste em uma barragem no rio das Garças, que forma um lago de 17 km². O empreendimento geraria energia pelo período de 40 anos e causaria prejuízos de ordem ambiental, social e econômica. O Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/Rima), produzido pelos empreendedores junto ao Centro Tecnológico de Engenharia (CTE), destaca vantagens e desvantagens à região, caso o projeto seja consolidado. A discussão sobre o empreendimento ainda não foi concluída já que o projeto continua em trâmite na Sema, aguardando o estudo indígena, a ser realizado pela Funai.

No início de agosto de 2016, foram realizadas três audiências públicas, uma em cada cidade atingida pelos impactos diretos e indiretos do projeto. População, autoridades, estudiosos e membros de comunidades afetadas, caso o empreendimento seja licenciado, compareceram. Constituiu-se uma arena de discussão entre a sociedade e as empresas responsáveis pelo empreendimento.

Especialistas de diferentes áreas, membros da comunidade acadêmica de Barra do Garças, que envolve as instituições de ensino superior Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (Univar) e Faculdades Cathedral, estudaram o EIA/Rima e apontaram inúmeras falhas e impactos graves ao meio ambiente da região. Um documento foi repassado ao Ministério Público Estadual solicitando a revisão do estudo de impacto ambiental.

Entre as imprecisões observadas nos documentos por especialistas, está a não inclusão dos efeitos negativos à bacia do Araguaia, que tem o Garças como um de seus principais afluentes. A terra indígena São Marcos, de etnia Xavante, e o município de Aragarças, em Goiás, também ficaram de fora dos estudos de impacto. Faltou ainda no EIA/Rima um estudo de estudo indígena e o levantamento sobre patrimônios arqueológicos, feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Insatisfeitos com as audiências públicas realizadas pela Sema, população, autoridades e estudiosos fizeram mais dois encontros, um na Câmara de Vereadores de Barra do Garças e outro na Câmara do Pontal do Araguaia. Nessas reuniões, ficou evidente o descontentamento de parte significativa da sociedade local diante do empreendimento e a forte resistência.

A possibilidade de instalação da hidrelétrica ressuscitou a união de membros da sociedade que já lutavam pela proteção dos recursos hídricos e se viram ainda mais motivados. Foi instituída a Frente Popular Rios Vivos, grupo ambientalista não-governamental e sem fins lucrativos, constituído por sociedade civil, estudiosos e empresários. O grupo tem ajudado a informar a sociedade sobre os problemas decorrentes da instalação e operação de uma usina hidrelétrica e tem realizado ações voltadas a barrar o projeto ainda na fase de licença prévia.

Os militantes logo acusaram a disposição, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de mais doze pontos de aproveitamento hidrelétrico no rio das Garças. Eles argumentam que se a Boaventura, uma das duas em processo de licenciamento, for construída, é questão de tempo para os demais pontos começarem a ser discutidos. Segundo pesquisadores, a chamada “cascata de barragens” prejudicaria toda a dinâmica natural do rio.

A Frente colheu assinaturas da população e submeteu um projeto de lei de iniciativa popular ao Legislativo de Barra do Garças, com o objetivo de tornar o rio das Garças patrimônio natural, histórico, cultural e turístico do município. O projeto foi aprovado pela Casa de Leis e sancionado pelo Executivo, em abril de 2017, impedindo, em tese, a instalação de centrais hidrelétricas no rio.

Em janeiro de 2018, a discussão voltou à tona, quando a Sema anunciou uma nova audiência pública, em Barra do Garças, para uma exposição técnica dos complementos ao EIA/Rima. De última hora, o órgão licenciador, Sema, suspendeu o evento alegando ter havido problemas com a equipe da ECBrazil. A Frente Popular Rios Vivos utilizou a data da audiência e propôs um debate público entre a população e especialistas sobre os impactos

ambientais do empreendimento.

A discussão na sociedade local, por ocasião da possível instalação da UHE Boaventura, poderia propiciar uma abordagem aprofundada dos recursos hídricos a partir da ótica jornalística ambiental. Porém, um olhar frente às produções da mídia local mostra improdutividade de conteúdo, limitando-se à cobertura noticiosa das audiências. Portanto, a comunidade ainda carece de informação para tomar sua posição em relação ao empreendimento. A população e a sociedade acadêmica já mostraram serem detentoras do poder de influência no futuro do rio. Se tivessem acesso à vasta informação, os diferentes segmentos da sociedade teriam todo o potencial de articulação dentro desse jogo de interesses.

4. Cobertura dos sites Semana 7 e Araguaia Notícia

A partir deste momento, propõe-se analisar a cobertura de dois sites de notícias locais, o *Semana7*⁷ e *Araguaia Notícia*⁸, sobre o processo de instalação da Hidrelétrica Boaventura, no rio das Garças. O fato aqui é visto a partir de seu potencial como pauta do Jornalismo Ambiental e essa premissa orienta as análises de matérias que seguem abaixo.

Utilizou-se neste trabalho a premissa metodológica do Estudo de Caso, proposto por Yin (2001), para análise dos sites jornalísticos a partir de elementos importantes do Jornalismo Ambiental já apontados anteriormente na fundamentação teórica, a saber: a abordagem sistêmica e holística, a abordagem científica e multidisciplinar, a centralidade da voz do cidadão, a inclusão da educação ambiental e o engajamento do repórter.

Foram analisadas 10 matérias publicadas nos sites de *Semana7* e *Araguaia Notícia*, entre agosto de 2016 e abril de 2017, quando foram realizadas as primeiras audiências públicas e aprovada a lei de iniciativa popular que transforma o rio em patrimônio histórico, cultural e turístico de Barra do Garças. Optou-se por analisar esse período, apesar do processo de licenciamento ainda não ter se encerrado, por ter sido a fase de maior debate e efervescência popular em relação ao tema. E também, porque ao coletar as matérias de todo o período, percebeu-se, em análise superficial, uma repetição das características.

Em estudo detalhado das matérias publicadas, nota-se uma mídia local fazendo uma cobertura exclusivamente factual do tema, ao longo dos oito meses de maior discussão do assunto na região. Consequentemente a fragmentação das notícias publicadas não deu conta de uma efetiva educação ambiental, para a formação de cidadãos mais conscientes

⁷ Disponível em: <<https://www.semana7.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

⁸ Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

ambientalmente.

De agosto de 2016 a maio de 2017, o tema foi abordado até cinco vezes em cada veículo, correspondendo à cobertura dos principais acontecimentos factuais que emergiu no período relacionados a Boaventura. As matérias tiveram entre 600 caracteres, aproximadamente três parágrafos, e 2.600, aproximadamente seis parágrafos.

O conjunto de matérias trouxe informações básicas sobre quatro sub-fatos, dos quais apenas um oportunizou suítes⁹. Os fatos foram: as três audiências públicas promovidas pela Sema, a audiência pública solicitada pelo Ministério Público Estadual de Mato Grosso, a 1ª Semana de Engenharia Civil da UFMT, que debateu o tema, e o projeto de lei de iniciativa popular, que busca impedir a construção de barragens no rio. O processo de proposição e o trâmite da definição do rio das Garças como patrimônio natural, histórico, cultural e turístico de Barra do Garças, rendeu um suíte no Araguaia Notícia e dois no Semana7.

Nas cinco matérias públicas pelo Semana7, no período, apenas duas fontes foram citadas: dois representantes do grupo Frente Popular Rios Vivos e o presidente da Câmara Municipal, Miguel Moreira da Silva. O Araguaia Notícia também revelou apenas duas fontes em seu conjunto de matérias: arqueólogo Jean Pierre e um membro da Frente Popular Rios Vivos. Dessa forma, no total de dez matérias, foram ouvidos um cientista, um político e representantes da organização de um grupo da sociedade organizada.

Dos dez textos publicados, oito foram creditadas a diferentes assessorias de comunicação. Entre as assessorias identificadas, estão a do grupo Frente Popular Rios Vivos, a da Câmara de Vereadores de Barra do Garças e a da Prefeitura do mesmo município.

A abordagem jornalística que busca identificar as interconexões existentes entre cada elemento da natureza foi uma das carências observadas na cobertura analisada. Ou seja, os textos não apresentam a contextualização do meio ambiente como um sistema interconectado e interdependente, onde a interferência em uma unidade afeta as outras. As matérias que mostram a relação entre o empreendimento hidrelétrico e seus impactos ambientais são breves e não traçam uma teia dos efeitos de tal alteração na natureza.

A maioria dos textos apenas relata alguns impactos ambientais, ou seja, afirma, de maneira geral, que o empreendimento os envolve. A matéria “Ambientalistas se manifestam contra usina no Rio Garças”¹⁰, do site Araguaia Notícia, por exemplo, não explica como pode ocorrer a possível perda de patrimônio arqueológico na região, mencionada no texto. Também

⁹ Suítes são textos jornalísticos que exploram o desdobramento de um determinado fato, noticiado anteriormente.

¹⁰ Disponível em: <<https://araguaianoticia.com.br/noticia/13406/ambientalistas-se-manifestam-contra-usina-no-rio-garcas/>>. Acesso em: ago. 2018.

não são apresentados quais outros impactos, além da perda patrimonial, essa alteração na natureza pode acarretar.

Para a produção das dez matérias analisadas, publicadas no período mais intenso da discussão sobre a hidrelétrica, praticamente não foram consultados especialistas no assunto. Apenas uma fonte especializada falou em um texto do Araguaia Notícia, que chamou a atenção à mencionada perda de patrimônio arqueológico. O especialista é o francês Jean Pierre, pós-doutor em Arqueologia, segundo o autor do texto. Dessa forma, embora a pauta sobre a Boaventura emane perguntas e respostas de diferentes áreas científicas, como a questão da fauna aquática e os impactos na população ribeirinha, e mesmo com a existência na região de muitos profissionais especializados, credenciados a falar do assunto, o Jornalismo local não soube explorar esse potencial. Os impactos ambientais e sociais envolvem diversas disciplinas, e abordá-los, com alguma atenção, seria essencial à proposição de um texto multidisciplinar.

Não foram também identificadas fontes cidadãs, diretamente atingidas pela obra, nas matérias analisadas. Nenhum pescador, nenhum morador ribeirinho ou indígena foi ouvido. As poucas fontes e o crédito de muitas matérias à assessoria de comunicação são evidências de textos com superficialidade de informação e contextualização. A preocupação dos repórteres, nos casos estudados, é de evidenciar o factual: a audiência marcada, a reunião técnica articulada ou os trâmites de um projeto de lei.

Embora tenham trazido alguns argumentos de que o rio e outros ambientes naturais associados podem ser expostos a riscos se a construção da hidrelétrica for consolidada, as matérias analisadas não incluíram soluções alcançáveis para barrar o projeto. Faltou tratar, por exemplo, as ações do grupo Frente Popular Rios Vivos, citados em muitas das matérias, que se formou no contexto da construção da Boaventura, de forma a tentar impedi-lo. Seria importante dar mais detalhes ao leitor sobre como a mobilização do grupo ambientalista e da população pode reverter a construção da hidrelétrica.

A mídia local ainda teve a oportunidade de detalhar as peças em jogo quando se discute a intervenção de tal empreendimento, destacando tanto aspectos ambientais, como sociais e culturais. Porém, não o fez. A informação gerada seria importante à campanha por buscas de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que pretendia impedir a instalação de barragens, pois permitiria a informação contextualizada e aprofundada da população sobre o assunto. Nem mesmo os impactos econômicos, como por exemplo, o prejuízo ao turismo regional, caso as praias do Araguaia desaparecessem, foram abordados.

Observa-se a falta de elementos para classificar as matérias como textos jornalísticos especialmente engajados nas questões ambientais. Os repórteres não trouxeram avaliações e comentários aprofundados referentes à realidade ambiental do rio Garças e da região, que é esperado de uma matéria defensora do meio ambiente. Oito dos dez textos são creditados a assessorias de imprensa, ou seja, não houve ao menos o trabalho dos repórteres em aprofundar o assunto. Dessa forma, fica evidente a falta desse envolvimento entre os veículos analisados e o tema.

O recorte de textos sobre a hidrelétrica Boaventura, apresentado aqui, mostra uma cobertura superficial e preocupada apenas com o relato dos fatos. Tais características não contemplam as necessidades da proposta do Jornalismo Ambiental. A partir da referência ofertada pela especialidade, é observado que nem individualmente, e nem em seu conjunto, as matérias trazem informações de caráter multidisciplinar, holístico e científico sobre o empreendimento. Elas não produzem uma cobertura continuada do conteúdo e mostram a complexidade do assunto tratado. Não dão voz aos cidadãos, e nem mesmo aos pesquisadores sobre o assunto. Ficando assim, muito distantes da proposta de promover uma Educação Ambiental efetiva.

5. Grande reportagem: Rio das Garças, um olhar a partir do projeto Boaventura

Propomos analisar agora a grande web reportagem “Rio das Garças: um olhar a partir do projeto Boaventura”¹¹ e apontar as características que fazem dela um exemplo do modelo de Jornalismo Ambiental. Apesar de qualquer falha na pauta, na apuração ou na codificação dos dados em texto jornalístico, o trabalho foi pensado a fim de apresentar as cinco características da especialidade, descritas neste artigo. O resultado é um material extenso e aprofundado, contendo as principais informações referentes ao empreendimento projetado para o rio Garças, bem como ao ambiente envolto. Fauna terrestre, aérea e aquática, flora, entre outros elementos do meio físico e do meio biológico são detalhadamente problematizados. O ser humano e a realidade em que vive às margens do rio, e como seria afetado pela possível construção da hidrelétrica, também são questões atenciosamente destacadas.

A reportagem foi produzida como trabalho de conclusão de curso ao longo de aproximadamente dois meses, em março e abril de 2017, quando a empreiteira realizava complementações aos estudos de impacto, solicitados pela Sema e Ministério Público. O

¹¹ Disponível em: <<https://kaycalvestcc.wixsite.com/riodasgarças/>>. Acesso em: ago. 2018.

material é dividido em três partes, cada uma nomeada de acordo com o seu fio condutor: o Rio, a Sociedade e a Hidrelétrica. A composição do texto em mídia escrita, imagética e audiovisual possibilita um aprofundamento das informações, de modo que, aquilo melhor dito visualmente ou sonoramente assim foi apresentado. Como cada parte é extensa, de 16 mil a 23 mil caracteres, aproximadamente de sete a nove laudas, elas ainda foram divididas em subtítulos, encabeçados por intertítulos, mostrando diferentes nuances daquele mesmo assunto. Os três conteúdos audiovisuais contêm, em média, três minutos cada. O volume de informações da reportagem descrita, em comparação com a cobertura da mídia local, é bastante discrepante, tendo em vista o número máximo de 2.600 caracteres atingido por uma matéria de Barra do Garças.

Enquanto o texto Hidrelétrica detalha o empreendimento Boaventura, descrevendo a teia de impactos ambientais e discutindo a avaliação de especialistas da produção de energia a partir da matriz hídrica, as duas outras partes trazem informações sobre a realidade prevista a ser afetada pelo projeto. O link Rio contempla o problema do assoreamento no rio das Garças e a devastação das matas ciliares. Também apresenta a possibilidade de agravamento do assoreamento se for instalada a usina hidrelétrica. Já o texto Sociedade incorpora a importância dos recursos hídricos para o turismo da região, bem como a convivência de pessoas com o rio através da pesca. Ainda são tratados os possíveis danos do empreendimento para a atividade turística na região.

O tema foi observado pelo repórter a partir da ótica do Jornalismo Ambiental, sendo possível notar as características da especialidade. O caráter científico e multidisciplinar, por exemplo, se mostrou presente em todo o processo, trazendo aspectos ambientais, sociais, turísticos e econômicos. Como o tema perpassa diversas áreas das Ciências Biológicas, houve a preocupação de fundamentar a reportagem com informações científicas. Foram entrevistadas dez fontes especializadas, entre elas, cinco biólogos, uma especialista em Engenharia Ambiental e uma em Engenharia Civil, uma em Direito Ambiental e uma em Geologia.

As vozes dos cidadãos foram ouvidas e se mostraram fundamentais na narrativa da reportagem. As fontes de vivência se concentraram, principalmente, na reportagem Sociedade, em que seus relatos se destacaram. Mas também foram importantes nos demais textos, nos quais relataram as suas percepções sobre a situação do rio, que convivem quase diariamente. Entre as cinco fontes cidadãs, há um barqueiro, empreendedores do setor do turismo e pescadores. Esses cidadãos deram informações sobre o atual estado de conservação

do rio e expuseram suas opiniões a respeito do empreendimento hidrelétrico.

Nota-se a abordagem dos temas a partir de um olhar sistêmico por meio do qual vê o homem como parte de um todo interconectado. Os textos apresentam uma cadeia de respostas da natureza às ações do homem, e os elementos vão se alterando a partir da modificação em um ou alguns deles. Na parte da reportagem Rio, a apresentação já traz a ideia de teia de impactos: “A devastação das matas ciliares e o consequente assoreamento podem representar grave risco para a biodiversidade aquática do rio das Garças e terrestre da região marginal. Instalação de hidrelétricas no curso do rio pode agravar a situação.” (ALVES, 2017). O texto segue expondo a relação entre a derrubada das matas ciliares e o assoreamento, com a despejada de sedimentos no leito do rio, modificando a água e prejudicando a fauna aquática. A diminuição da população de peixes é uma consequência negativa à comunidade, às famílias de pescadores e à economia local, entre outros desdobramentos.

A reportagem ainda aponta que ações da população em prol do meio ambiente podem ter resultado promissores. Essa é uma das propostas da Educação Ambiental referente ao incentivo de atitudes transformadoras na natureza. O relato, em Sociedade, das ações da Frente Popular Rios Vivos, sobretudo a mobilização junto à comunidade para a aprovação do projeto de lei, consolida a adoção de Lückman (2008) do conceito de Freire (1976 apud LÜCKMAN, 2008) sobre a consciência crítica. Através desse canal, o texto permite às pessoas visualizarem a possibilidade de auxiliarem na resolução dos problemas ambientais, não se sentindo impotentes diante do que acontece.

O leitor ainda pode observar o quanto é presente o engajamento do repórter em toda a reportagem, porém com mais intensidade em Hidrelétrica. Através do relato de especialistas, o autor destaca detalhadamente os impactos ambientais do empreendimento Boaventura e ainda faz uma prospectiva de como seria o cenário se doze outros pontos de aproveitamento hidrelétrico fossem explorados no Garças. O uso de palavras fortes e carregadas de valor de determinação mostram a preocupação do repórter e sua defesa do interesse da preservação ambiental.

As características do Jornalismo Ambiental, dispostas no referencial teórico deste trabalho, foram usadas na construção da reportagem, que, lembrando, trata-se de um TCC, portanto apresentando toda a limitação temporal e financeira de um trabalho como este. São traços definidores ao tratamento da pauta ambiental como especialização do campo do Jornalismo. Se o produto apresenta a voz dos cidadãos, os aspectos científico e multidisciplinar, a abordagem sistêmica e o engajamento na causa ambiental, pode-se

considerá-lo capaz de informar e conscientizar a população acerca das questões do rio das Garças.

Considerações finais

Neste artigo, mais do que apresentar a grande web reportagem “Rio das Garças: um olhar a partir do projeto Boaventura”, nos propusemos a olhar para esse produto de Jornalismo Ambiental, comparado às notícias publicadas na mídia online da região de Barra do Garças, Mato Grosso, durante o mesmo período e sobre o mesmo assunto. O objetivo era propor uma reflexão acerca das características do Jornalismo Ambiental, a partir de produtos jornalísticos empíricos.

Ao comparar a cobertura da mídia local com a grande web reportagem referente ao projeto Boaventura, nota-se uma discrepância significativa do trabalho jornalístico. As diferenças vão além do fato da primeira não ter refletido a proposta de Jornalismo Ambiental. Diante de um fato carregado de valores-notícias e gerador de tamanhos impactos no ambiente e na vida das pessoas, caso a instalação do empreendimento se concretize, o Jornalismo da região trouxe poucas informações.

O foco no factual e o reduzido aprofundamento dos fatos a partir de fontes especializadas mostra o quanto o trabalho da mídia local foi superficial. Soma-se a essa análise o fato de que a região comporta três unidades de ensino superior, dispendo de cientistas em áreas variadas, muitos deles envolvidos na discussão sobre o empreendimento hidrelétrico do Garças. Mesmo que este artigo não busque discutir em profundidade a qualidade da produção jornalística, possibilita apontar falhas do jornalismo como: a má apuração e a republicação de textos de assessoria de imprensa, os releases.

Na perspectiva do Jornalismo Ambiental, a cobertura da mídia local apenas narra resumidamente os fatos, ignorando suas nuances científicas, as interconexões entre os elementos da natureza e da sociedade, e a relação do meio ambiente com a vida humana. Conseqüentemente as matérias não se aproveitam do potencial educador e mobilizador da produção em Jornalismo Ambiental na construção de comunidades engajadas na preservação dos recursos naturais. Se a opção era fazer textos curtos e fragmentados, a solução em prol de uma comunicação mais efetiva seria um tratamento continuado do assunto. Dessa forma, poderiam ser realizadas matérias a partir de várias perspectivas e enfoques diversos envolvidos no assunto.

Por outro lado, a grande reportagem Rio das Garças foge de uma abordagem

fragmentada e factual do assunto e tenta refletir a realidade sistêmica do meio ambiente. Com vasta quantidade de fontes, o texto se apoia nas informações científicas ao incorporar dez especialistas em diferentes áreas, sem deixar de lado a perspectiva dos cidadãos e suas informações e avaliações do tema.

O material produzido pode ser eficiente em informar, educar e mobilizar, em virtude da opção do repórter em dar um objetivo à narrativa, defendendo a preservação ambiental. É importante lembrar que a mencionada especialidade do Jornalismo orienta para uma afirmação de interesse sobre a informação produzida. Assim interesses escusos e prejudiciais ao meio ambiente, como os econômicos e políticos, com significativa influência nos meios de Comunicação não direcionariam a discussão a seu benefício.

A partir do comparativo desses materiais e do olhar sobre a reportagem “Rio das Garças: um olhar a partir do projeto Boaventura”, pode-se afirmar como é possível produzir Jornalismo Ambiental de qualidade, mesmo com poucos recursos, estrutura e tempo limitados. Um Jornalismo que permite a sociedade ter informações contextualizadas e aprofundadas acerca do assunto, podendo assim sentir-se empoderada para participar do processo de decisão sobre quais os melhores empreendimentos a serem instalados na região e ter atitudes de preservação ambiental.

Infelizmente a mídia online local citada neste artigo não está sabendo ou querendo aproveitar seu potencial de formadora de opinião e conseqüentemente de educadora ambiental. Ao publicar textos factuais e superficiais, ela pouco contribui para o conhecimento da sociedade e sua ação em prol das causas ambientais.

Portanto, cada vez mais o engajamento e envolvimento do repórter/jornalista nas causas ambientais se torna necessário. Enquanto a maioria das forças e poderes do sistema social defendem as perspectivas econômicas e políticas, preocupação da maioria das empresas de Comunicação, o jornalista pode levantar a bandeira da causa ambiental, lutando por pautas e reportagens que mostrem o todo deste sistema complexo, seja nas grandes ou pequenas mídias.

Referências

ALVES, Kayc Pereira. **A grande reportagem multimídia: Um olhar sobre o rio das Garças a partir do projeto de hidrelétrica Boaventura**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

COSTA, Bianca Brandi. A questão ambiental e a ética conservacionista na Folha de São Paulo. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 137-150.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 43-55.

FIORAVANTI, Carlos. O poder sobre a terra: as relações de força entre estado, comunidade científica e mídia. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 170-188.

FONSECA, André Azevedo da. Água de uma fonte só: a magnitude do problema em uma experiência concreta. In: VILAS BOAS, Sergio. **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Tradução Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

VIANNA, Maria Daniela de Araújo; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. O perigo em cada posto: a cobertura desconexa de uma temática ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

LÜCKMAN, Ana Paula. O Jornalismo Ambiental educa? Reflexões a partir de um estudo de recepção. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

MARCONDES, Adalberto Wodianer. O dia a dia de uma mídia ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 28-33.

MONTEIRO, Ana Carolina da Silva. Jornalismo e literatura: em pauta a razão, a emoção e a responsabilidade. **Revista Tropos**, volume 1, número 4, edição de dezembro de 2015.

NETO, Efraim. Pressupostos teóricos que cercam a produção do Jornalismo Ambiental diário. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 275-288.

OLIVEIRA, Fabíola de. Democracia, Meio Ambiente e Jornalismo no Brasil. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; KUNSCH, Margarida Maria Khroling. **Comunicação e Meio**



Ambiente. São Bernardo do Campo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 1996. p. 61-69.

PEREIRA, Cristiane Leite. Os veículos de comunicação especializados e o trabalho de sensibilização ambiental: um estudo de caso sobre o Jornal do Meio Ambiente. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões.** Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 228-240.

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro: economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: VILLAS BOAS, Sergio. **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004.

TEIXEIRA, Dinair Velleda. A ética no discurso do Zero Hora sobre a educação ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; [et al]. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões.** Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 241-257.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.